

Os descaminhos do Brasil

Brasil

Junho de 2022

Graciela Rodríguez
Instituto Equit - Gênero,
Economia e Cidadania Global
equit@equit.org.br
<https://www.equit.org.br/>

Os descaminhos do Brasil

Graciela Rodriguez¹

Aspectos geopolíticos desse descaminho

O Brasil muito possivelmente vive hoje a maior crise da sua história republicana. O golpe de estado, perpetrado em 2016 pelas forças do poder, afundou o país numa catástrofe econômica, social, política, ambiental, sanitária, alimentar e sobretudo ética. A corrosão da democracia e do espaço público em seus elementos institucionais, foi acompanhada por uma profunda des-democratização² da sociedade em seu conjunto.

As motivações para assestar esse golpe sobre a frágil democracia brasileira foram múltiplas e poderíamos dividi-las, para efeito da análise, em primeiro lugar nos aspectos geopolíticos internacionais que se viram depois expressados com clareza na sua política externa; e em segundo lugar nos elementos de origem nacional que agiram a partir da conjuntura política interna e dos atores nacionais.

A geopolítica internacional e a atual disputa hegemônica entre Estados Unidos e China, acirrada pela importante presença de Rússia no mapa político global, foi e continua determinante desde a conformação e realização do golpe de novo tipo que levou a deposição ilegítima da Presidenta Dilma Rousseff, no processo posterior, incluída a eleição do novo presidente em 2018, e até agora em que se aproxima a nova eleição de outubro de 2022.

Os golpes de estado que voltaram a ser recorrentes na América Latina na última década, com evidências de forte influência norte-americana em todos eles (desde Honduras, Paraguai, Bolívia etc.) fazem também parte do cenário internacional e regional que contribuiu a compor o golpe de 2016 no Brasil e seus desdobramentos posteriores. Por isso, para compreender a atual crise precisamos começar analisando o papel determinante das

¹ Graciela Rodriguez, socióloga, Coordenadora do Instituto EQUIT, membro de Rede de Gênero e Comercio e da REBRIP – Rede Brasileira pela integração dos Povos.

² Brown, Wendy. “Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente” Ed. Boitempo. SP - Brasil. 2019

forças internacionais em jogo no marco da crise global que persiste desde 2008 e que desagua nas mudanças políticas no Brasil a partir de 2016.

Já em termos de cenário nacional, esse “golpe de estado” foi realizado a partir de uma aliança de interesses internacionais com forças nacionais muito poderosas, que conseguiram coesão suficiente entre velhos e novos atores políticos para levar à frente essa aventura antidemocrática. A grande elite rentista ligada à terra e ao agronegócio, os políticos tradicionais no Senado e na Câmara de Deputados, os altos cargos do Poder Judicial aliados ao poder econômico, e a grande imprensa foram ativos entre os velhos e conhecidos atores de todas as situações de viés e relevância conservadora no país. De outro lado, participaram com protagonismo as Forças Armadas que reapareceram com muita força no cenário público depois de quase 40 anos resguardadas por uma forte proteção midiática e política desde o fim da ditadura dos anos 60; e também a presença de atores do “baixo clero” do Judiciário adestrados em técnicas de perseguição judicial, ambos atores mais novos ou reabilitados para exercer um papel, não isento de ironia, algo “inovador”.

Evidentemente, é importante mencionar ainda que seja evidente, que nesse cenário nacional de governos progressistas, o crescimento dos movimentos sociais desde o começo do século, dentre eles o feminismo, o movimento negro, o movimento indígena, diversas vertentes dos movimentos de direitos humanos, ecologistas, dentre outros, num ambiente democrático e de mobilização e luta por avanços sociais, provocou aos olhos da elite crescentemente concentradora de riqueza, a busca por soluções não democráticas para sua contenção e controle.

Outra particularidade a ser mencionada é que no Brasil o golpe assumiu características algo inéditas, que logo se perceberam como uma nova racionalidade para os golpes de novo tipo. Ele permitiu a convivência de certa institucionalidade construída nos tempos democráticos ainda que cooptada e paulatinamente envilecida, ao tempo que permitiu e promoveu o surgimento de situações de barbárie que acreditávamos medianamente controladas. O atual governo de extrema direita neofascista, surgido em 2018 de uma eleição fraudulenta tramada a partir do golpe, tem caminhado velozmente para o desmantelamento do Estado brasileiro e dos seus frágeis avanços no bem-estar social e na vigência dos direitos humanos e dos mecanismos de participação social, em simultaneidade com práticas de des-democratização e aviltamento da sociedade, se constituindo num perigoso exemplo regional pela importância e liderança do Brasil especialmente na América do Sul.

Assim, para explicitar a conjuntura política no Brasil de hoje queremos centrar esta análise, em tais elementos históricos constitutivos e imbricados no processo: a política externa e os setores e políticas internas que foram crescendo antes da presidência de Temer e que posteriormente apareceram explicitadas no governo Bolsonaro nos últimos anos. Neste

sentido e dentre outros aspectos do processo, consideramos fundamental refletir sobre aspectos internacionais relevantes, como são o contexto internacional de crescimento da ultradireita conservadora e a disputa de EUA pela manutenção da sua hegemonia debilitada; o avanço como potência econômica da China e a importância da sua estreita parceria com Rússia. Também um outro aspecto fundamental está ligado ao avanço do sistema financeiro globalizado e seus impactos no golpe em Brasil.

Já entre os aspectos de âmbito nacional, enfatizamos o processo de financeirização da economia brasileira coadunado com a força econômica e política do agronegócio, cada dia mais interpenetrado pelos interesses financeiros. Ao mesmo tempo, a consolidação do processo paulatino de desindustrialização e o crescimento do desemprego decorrente dessa queda industrial, se de um lado significaram um enorme golpe sobre os trabalhadores organizados, especialmente em sindicatos, de outro, potencializaram o progressivo aumento da informalidade que evidentemente a pandemia exacerbou ainda mais.

Essa degradação do sistema produtivo no marco do fortalecimento do chamado capital improdutivo, foi permitindo uma imbricação escondida primeiro, mas depois cada vez mais exposta e brutal dessa economia financeirizada e precarizada com o avanço das ilegalidades econômicas e sua contra cara de militarização dos territórios, com os resultados políticos e sociais que se fizeram cada dia mais explícitos.

Nesse marco, o ressurgimento do papel dos militares em aliança com interesses internacionais - particularmente com o complexo industrial militar dos EUA e suas ramificações, em conexão com o crescimento dessas tramas ilícitas e de facilitação dos fluxos financeiros irregulares, permitiu a criação de uma extensa rede de poder fáctico em imbricação com o Estado. Esta rede, capilarizada no território pela permissividade e apoio explícito do Executivo nacional, e amplificada pelas forças armadas e policiais com presença nacional centralizando o comando, permitiu consolidar um panorama desolador e truculento como que se vive atualmente no Brasil.

Ainda que cada um dos elementos mencionados precisaria uma análise aprofundada em si, propomos esta apertada síntese no intuito de tentar uma leitura integradora e resumida da realidade brasileira tão diversa e complexa. Vejamos agora na primeira parte do artigo, as influências dos interesses globais em jogo e suas derivações para o abalo da democracia no Brasil em 2016 e no papel que o país iria cumprir com posterioridade ao golpe na areia política internacional.

Hegemonia e interesses globais – a subordinação da política externa

Sabemos que a política externa de um país é resultado do jogo político internacional conectada com suas políticas públicas internas e com a

disputa de interesses nacionais que a sustentam. Assim, a política externa do atual governo se baseou e fortaleceu no processo de golpe que vivemos no Brasil desde 2016 e das tramas que o provocaram. Porém estas, em sentido de fora para dentro, estiveram ligadas aos fios laçados entre os interesses norte-americanos no mundo e na região e as novas lógicas econômicas determinadas pelo sistema financeiro internacional, mas também escoradas nas profundas mudanças políticas funcionais dessas novas lógicas, utilizando para sua viabilização elementos neoconservadores que têm crescido no mundo ocidental.

“Muitos são os elementos desse eixo ideológico que precisam ser aprofundados para análise da política externa brasileira em tempos bolsonaristas, já que elas têm base numa visão de mundo que inclui a questão da afirmação da hegemonia norte-americana, baseada na Nova Direita ultraconservadora, anti-russa e agora também anti-chinesa, somados ao poder do complexo industrial militar, a partir de conceitos como a guerra preventiva, armas de destruição em massa, e mais recentemente a “guerra híbrida”. Para vários autores, a lógica seria a de relacionar a segurança interna dos EUA, não só militar como energética, alimentar, de recursos naturais etc. com a segurança global, com as enormes consequências que isso teria para manutenção da hegemonia imperial. Muitos autores tem analisado tais consequências da disputa hegemônica, com guerras e intervenções que até inclusive poderiam levar (Negri, A. 2001) a uma crise das soberanias nacionais”³. Cenário este que toma cada vez mais relevância e presença na América Latina.

De fato, toda a situação geopolítica internacional e as importantes reviravoltas produzidas no panorama mundial, se relacionam com essa disputa pela hegemonia global entre EUA e China. Tal “disputa” vem se aprofundando pelo crescimento exacerbado da economia chinesa, que está atualmente ultrapassando a economia norte-americana. Essa expansão foi promovida dentre outros aspectos, pelas grandes transnacionais americanas que desde a década de 80 – 90 acudiram massivamente a se instalar no território chinês, para aproveitar os baixos salários das e dos trabalhadores chineses. Desde então, o crescimento da China tem sido exponencial e em 2013 o país asiático lançou a Rota da Seda, um bilionário pacote de apoio a obras de infraestrutura, comunicação e finanças, com perspectiva internacional e alinhado à lógica - de matriz cultural e filosófica confucionista - que busca a chamada “prosperidade compartilhada” da China com seus vizinhos e demais países interessados em formar parte deste projeto, segundo o governo chinês.

Por sua vez, a economia norte-americana, em profunda crise que não consegue ainda superar desde 2008, vive um agudo processo de

³ Rodriguez, Graciela. Publicação da FES - Perspectiva: A ordem Global e Regional. Novembro de 2020.

fragilização em parte pela realocação global de suas empresas o que contribuiu fortemente a reduzir seu parque industrial, como também pelas suas aventuras ruinosas em conflitos armados e intervenções bélicas em diversos países e regiões, que foram avolumando uma crescente deslegitimação de seu velho modelo de democracia de exportação. Assim, a distância entre as duas principais economias tem se encurtado, ameaçando a hegemonia global dos EUA. A manutenção desse papel hegemônico torna-se assim o principal objetivo da potência ocidental, desafiado pelo acelerado crescimento chinês, e ainda reforçado pela parceria estratégica da potência asiática com a Rússia. Vemos assim nas últimas décadas o agravamento dos conflitos políticos, econômicos e bélicos, especialmente nos territórios da Eurásia, centro da pugna e das hostilidades hegemônicas norte-americanas.

Foi essa também essa disputa que vem guiando os interesses norte-americanos nos últimos anos na América Latina, porém com uma feição diferente, vinculada ao arrefecimento e controle das soberanias nacionais no continente. O golpe promovido no Brasil vai evidenciar essa perspectiva dos interesses norte-americanos em esmorecer a soberania nacional. Tais interesses, que são fundamentais para o fortalecimento da rixa hegemônica, requerem agora de forma premente a subordinação do subcontinente americano e dos seus territórios para a acumulação capitalista no país imperial. E evidentemente a maior economia da região vai se ajustar a essa lógica imposta pelos EUA, pois terá importância regional exemplar nos descaminhos que vemos sendo promovidos desde o departamento de Estado americano, suas agências satélites e as instituições e mecanismos de pressão. A partir de um falacioso e perimido “anticomunismo”, reinventado por Trump, mas convenientemente reforçado por Biden e equipe, os interesses do Pentágono pretendem recriar nos diversos âmbitos políticos nacionais da América Latina uma reventada “guerra fria” do século passado. Neste sentido, vem buscando atribuir um papel “desestabilizador” a Rússia primeiro e a China em tandem, provocando assim uma perspectiva de conflito muito perigosa. No início de 2022, as pressões norte-americanas têm se espalhado e as habituais bravatas do império tem centrado o objetivo estratégico no ataque a Rússia, envolvendo para isso os países da União Europeia através da OTAN⁴, provocando assim uma escalada do conflito bélico nas fronteiras de seu território na Ucrânia, alçado a pivô do enfrentamento. Evidentemente Ucrânia se localiza estrategicamente do lado da Rússia e no meio da

⁴ OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é uma aliança que inclui 28 países, dentre eles Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, etc e que vem crescendo desde 2004

Eurásia, numa área de articulação de Oriente com Europa, fazendo parte importante da rota de crescimento do comércio chinês com destino nos países europeus. A expansão da OTAN na última década, apesar dos acordos firmados para frear esse crescimento, tem ampliado o anel de cercamento a Rússia a partir de estados limítrofes hostis (Polónia, Eslováquia, Letónia, Lituânia, e a própria Ucrânia desde o golpe de 2014, dentre outros), numa provocação que descumpra tais acordos. Por sua vez, China que já se pronunciou em apoio a Rússia, tem feito público um chamado à OTAN para que reestabeleça o diálogo. Já Europa, onde o conflito Rússia/Ucrânia poderia vir a desencadear uma guerra de proporções gigantescas no seu território, com consequências gravíssimas caso entrem em jogo armamentos munidos de energia nuclear, tem de fato se subordinado totalmente aos interesses dos EUA que comanda a OTAN e que em última instância mantém o controle e suas bases militares no território europeu.

Evidentemente para promover e enfrentar esse conflito e as múltiplas consequências que ele já começou a mostrar, os EUA precisam contar com o apoio e aliança dos países ocidentais e neste sentido América Latina, e o Brasil com centralidade, tomam um papel de coadjuvantes importantes, e o controle dos seus governos, populações e territórios vira assunto estratégico. Novamente, torna-se fundamental contar com o apoio de governos “amigos” na região, que possam contrabalançar as alianças que vem construindo China e Rússia através de inúmeros acordos econômicos e projetos de investimentos que se espalham já por países de todos os continentes. Nesse sentido, a aproximação do Brasil com a China através da sua participação nos BRICS resultava uma estratégia perigosa para os interesses norte-americanos, que precisava por isto ser desmontada. A ativa participação brasileira na criação dos BRICS foi parte importante de uma estratégia para expandir o multilateralismo e novos pontos de poder emergentes que não poderia ser tolerada pelos EUA. Nesse sentido, o governo Bolsonaro acabou sendo uma resposta muito afinada aos interesses americanos, pois ajudou a diluição da presença brasileira nos BRICS, ainda que sem ruptura explícita, mas boicotando de fato o processo de construção desse bloco. Evidentemente, este é um ponto de forte tensão para a política externa do governo brasileiro, pois justamente a China é o maior parceiro comercial do Brasil, e as exportações do agronegócio continuam crescendo a um ritmo acelerado, condicionando o distanciamento apregoado nos discursos de Bolsonaro. De fato, o superávit de comércio exterior brasileiro bate recordes históricos apesar da pandemia, e isso se deve ao comércio do Brasil com a China que continua crescente, sendo que as exportações para esse país sobrepassaram 70% do total para 2019.

Assim, na falta de condições pela sua própria crise para amealhar aliados, os EUA retornam a alavancar as necessárias alianças através das formas autoritárias que tem exercido em reiteradas ocasiões. De fato, sabemos que

o século XX na América Latina tem-se visto às voltas constantes com diversos golpes e intervenções militares norte-americanas, primeiro na região da América Central e Caribe, e paulatinamente expandindo sua presença e influência nem sempre explícita na América do Sul.

Nesse contexto histórico, na segunda década do século, temos presenciado um processo gradual de desmonte das tentativas soberanistas, ainda que tímidas, que se alcançaram em diversos países da região latino-americana. A começar em 2009 pelo golpe em Honduras que destituiu o presidente Manuel Zelaya, esses países foram sofrendo e resistindo a diversas maneiras de intervenção, que criaram novos formatos do que antigamente se caracterizava como golpes militares. As veladas e heterodoxas intervenções foram percorrendo o continente em direção ao Sul, em casos que incluíram o Paraguai, as diversas intencões na Venezuela, o golpe jurídico\midiático no Brasil, e o mais recente e tosco golpe na Bolívia. Ainda que não seja o intuito deste artigo analisar estas novas formas de intervenção colonial na região, é necessário mencionar ao menos tais transformações na atuação estratégica da potência hegemônica para desvendar os recentes processos e as perspectivas futuras na região. Essa formatação mistura elementos de intervenções financeiras, de inteligência digital, de deslocamento de forças militares permanentes ou marítimas de intimidação, de manejo comunicacional, de lawfare, de corrupção e de uso de dossiês para incriminação de legisladores, autoridades públicas e até privadas, infiltração de movimentos sociais nas chamadas “primaveras”, dentre outras maneiras utilizadas pela inteligência americana no que vem sendo chamado como “guerra híbrida”⁵.

Assim, “esta última década, coincidindo nada casualmente com o pós-crise de 2008, deu passo a uma atualização na presença imperial dos EUA na região sul do continente, que voltou a ser olhada com interesse estratégico diante da disputa internacional e a necessidade de defesa de sua hegemonia global ameaçada. EUA, que ainda mantêm a hegemonia militar, cultural e financeira, sabe, entretanto, que sua superioridade econômica está ameaçada frente ao acelerado crescimento da China. Por esse motivo, o limitado, porém importante distanciamento ao consenso de Washington alcançado pelos países progressistas da região latino-americana na primeira década do século XXI, precisava ser apagado, possibilitando uma maior ingerência norte-americana no processo político regional e ampliando o controle econômico-financeiro sobre a região”⁶.

⁵ Leiner, Piero. “O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política numa perspectiva etnográfica” Alameda Casa Editoria. São Paulo. 2020.

⁶ Rodriguez, G. “A política externa do Brasil: subordinada, ideologizada e misógina” FES. 2020. <https://www.equit.org.br/novo/?p=3307>

Sem pretender nesta análise centrar-nos no conflito hegemônico e tampouco nas possibilidades de confrontação atuais, queremos sim enfatizar a importância crucial que tais disputas geopolíticas vêm exercendo e poderão ainda ter sobre o processo político latino-americano e brasileiro, especialmente neste ano eleitoral. Sabemos que certamente o devir antidemocrático brasileiro através do golpe de Estado exerceu comprovadamente um papel fundamental, através das maquinações do “lawfare” primeiro, e posteriormente do apoio de Trump e Bannon, para o fraudulento triunfo eleitoral de 2018. O fortalecimento à realização do golpe no Brasil e sua consolidação ainda em curso, faz parte imprescindível do jogo, no tabuleiro dos apoios amealhados pelo estado americano na saga de manutenção de sua hegemonia política e militar no mundo e especialmente no seu “quintal” ocidental.

A ampliação da hegemonia do capital financeiro

A ascensão da hegemonia do capital financeiro no mundo globalizado nas últimas décadas, também cumpriu importante papel na região gerando diversas tendências. A concentração massiva do capital na ciranda financeira foi uma delas; sua capacidade cada vez maior de controlar e submeter os governos nacionais a seus desígnios através da dívida externa dolarizada, outra; a crescente desindustrialização do Sul Global e o aumento do desemprego, mais uma.

Por isto, tentaremos analisar como se imbricam essas lógicas geopolíticas da dominação hegemônica com o processo de avanço global do sistema financeirizado, e como ambas se retroalimentam mutuamente, percebendo as mútuas sinergias que produzem, e que ao mesmo tempo, tem mantido acessa nos últimos anos a disputa EUA\ China em torno da hegemonia mundial.

A financeirização retrata um processo em que os mercados financeiros, as instituições e as elites financeirizadas passaram a ter peso crescente nas políticas econômicas (Palley 2007). A liberalização dos fluxos financeiros tem sido de fato o coração da política neoliberal, promovida desde os anos 80 do século passado, e consagrada em uma miríade de acordos de livre comércio e investimentos que se espalharam globalmente. Essa onda expansiva do capital financeiro, em grande parte especulativo e improdutivo, retirou capitais produtivos dos frágeis setores industriais das economias periféricas algo industrializadas como Brasil, Argentina ou México. Essa liberalização do fluxo de capitais, que foi fundamental para a consolidação da globalização, foi paulatinamente formatando as chamadas cadeias globais de produção, deixando em muitos casos de fora diversos setores industriais nesses países. Entretanto agora essa financeirização das economias, reforçada pela digitalização, a robotização e a inteligência

artificial está novamente modificando profundamente a produção, redesenhado a indústria e sua realocação global.⁷ Este processo está preocupando aos países do Sul global, entre outros aspectos relevantes, pelas possibilidades de repatriação das empresas, mas também pela diminuição da capacidade de tais países de incluir valor agregado à produção. A recuperação pelos países centrais de suas industriais, em movimento contrário a queda dessa produção industrial nos países periféricos, tem se notabilizado como perspectiva crescente.

Essas tendências por outro lado vem mostrando implicações políticas graves como as que de fato vem acontecendo em América Latina, onde tal processo de financeirização das economias centrais aliado as facilidades da digitalização, tem promovido mudanças nos sistemas produtivos, reforçando o interesse dos países desenvolvidos em favorecer investimentos em atividades primárias e desalentando mais uma vez a industrialização na periferia do mundo. Em muitos casos forçando pressões e até em alguns momentos favorecendo alianças políticas com as elites dos setores primários e\ou bancários, como tem sido por exemplo no caso do Brasil. De este modo, o processo de desindustrialização vivido pelo Brasil acabou se tornando um elemento muito importante para a nova configuração da elite no país e das alianças que se formaram entre os interesses internacionais e as tradicionais elites rentistas, ligadas ao setor extrativista e agora financeirizadas⁸.

Conjuntura nacional e o golpe

Gostaríamos de enfatizar agora alguns dos aspectos presentes na conjuntura nacional que foram o substrato autóctone para a realização do golpe no cenário brasileiro. Para interpretar o golpe e a chegada de Bolsonaro ao governo, e como chegamos até a situação de falência democrática atual, é preciso entender essa nova fase do capitalismo financeirizado no Brasil com suas múltiplas articulações produtivas e especulativas.

Pensando em chave da geopolítica internacional, sempre a relação dos países periféricos com a potência hegemônica tem sido determinante para compreender a capacidade do exercício da soberania de tais países. Essa imediata adesão do governo Bolsonaro ao interesse nacional dos EUA, publicamente expressada, e a aprovação caudatária às diretrizes do

⁷ Fritz, T; Hilbig, S “Justiça Digital: Desafios para a Digitalização do Sul Global”. Análise 12. PPM. Alemanha/ 2021

⁸ “Quando a Faria Lima encontra a boiada: Relações entre o agronegócio e o mercado financeiro” <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=quando+a+Faria+Lima+encontra+a+boiada>

governo de Trump, evidenciaram rapidamente a limitação das decisões soberanas do Brasil que estaria presente nas definições de política externa brasileira, e nas consequências em termos de políticas internas.

Mas essa subserviência aos interesses especialmente norte-americanos, foi provocada em grande medida por modificações internas não só no âmbito das elites nacionais, como também pela reconfiguração do modelo de produção nacional, que tradicionalmente tinha um setor rural e extrativista fortíssimo, mas também um parque industrial considerável e uma elite industrial. A paulatina reconfiguração interna, produziu uma mudança muito importante que ainda parece pouco considerada nas análises da região. Essa novidade pode ser entendida a partir da reconversão de algumas oligarquias tradicionais e a aparição de elites empresariais que estão agora dispostas a renunciar aos interesses nacionais, porque a cada dia estão mais interessadas em fazer parte do processo de financeirização da economia globalizada. Olhando para o poder econômico na região se percebe que ele tem sofrido, como apontado por Zaiat, “uma forte transformação e que se encontra cada vez mais afastado do destino do mercado interno de seus países, operando em áreas monopólicas ou com posições dominantes e subordinadas à valorização financeira dos seus excedentes, em sua maioria dolarizados e fugidos”. Trata-se de um empresariado nacional em processo de transnacionalização que não encontra interesse num projeto de desenvolvimento nacional e, pelo contrário, anela participar nas teias do sistema financeiro internacional⁹.

Assim, a financeirização precoce do Brasil e a desindustrialização que ela contribuiu a acelerar, pode se dizer que tem sido parte da sustentação dos interesses golpistas promovidos por EUA para salvaguardar seus próprios interesses. Quando estes elementos sucintamente expostos se olham à luz do Lawfare realizado no país desde 2016, através da perseguição e desmantelamento de empresas do porte da Odebrecht ou da fragmentação e das terceirizações na Petrobras, para dar alguns exemplos bastante analisados, se entende a cumplicidade de setores da alta elite brasileira com a atuação do governo americano e seus mecanismos para o alcance dos objetivos do golpe de estado.

O Brasil, que começou um processo crescente de financeirização/bancarização da economia durante as últimas décadas, foi de forma concomitante vivenciando um acelerado processo de desindustrialização. Tal ampliação da hegemonia do capital financeiro, inerente à atual fase do neoliberalismo, teve um surgimento precoce no país, ainda que de abrangência elitizada e restrita, segundo alguns

⁹ Zaiat, Alfredo. “La conducción política del poder económico”. Página 12. Bs As Argentina. 12 de Julio 2020.

autores¹⁰, determinando uma mudança importante no comportamento das elites brasileiras cada vez mais urgidas em se acoplar ao mercado financeiro internacional.

Articulação que se produz com ênfase nos mercados de especulação em detrimento dos setores produtivos, especialmente na indústria, porém, que caminhará posterior e rapidamente para um maior aprofundamento e integração com as empresas transnacionais interessadas na produção nos setores primários do agronegócio e da mineração, especialmente.

O descaminho das ilegalidades

Analisar esse processo de financeirização no país, sobretudo a partir da virada do século, nos permite também perceber como ele vai-se relacionando paulatinamente com a expatriação e a fuga de capitais, mas também se imbricando com o que poderíamos chamar de “capitalismo da ilegalidade”, nutrido dentre outros pelos fluxos de recursos resultantes das políticas de combate ao narcotráfico, promovidas pelos EUA em relação opaca com as Forças Armadas dos países da América Latina. O mito deste falso combate as drogas, com enormes consequências na região, dentre elas a fragmentação dos territórios e a desagregação das comunidades e periferias urbanas, tem significado também o aumento dos fluxos de dinheiro ilícito que muitas vezes acaba sendo “lavado” na camuflagem de algumas (também falsas) igrejas neopentecostais de formação recente e que percorre diversos caminhos do off-shore, passando pelas guaridas fiscais.

Tudo isso complementa uma trama financeira especulativa e de transações provenientes da corrupção e da evasão fiscal das empresas, em especial das transnacionais, da corrupção dos sistemas políticos e do funcionalismo público em diversas instâncias, provocando ataques às democracias dos países e controle das populações com diversos mecanismos repressivos. A situação em vários países da América Latina, e em particular no caso do Brasil com a ascensão do que tem sido chamado de neo-fascismo, não se explica sem esse conluio entre o capital financeiro e a institucionalidade bancária protegida, por um lado, e os mecanismos delitivos (exercidos por militares, policiais e ex-policiais, milicianos – paramilitares – protegidos por alguns funcionários públicos, legisladores, juízes, promotores etc.) ao amparo da famosa política norte-americana de “combate ao tráfico de drogas”, que possibilitou alavancar essa trama financeira opaca.

¹⁰ Lavinias, Araújo e Bruno. “Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória”. Instituto de Economia - UFRJ. Texto para discussão 032. 2017

Ainda que aparentemente isto pareça ter pouca relação com a política externa brasileira, com a chegada do governo Bolsonaro resultou parte decisiva para o novo desenho das relações internacionais do Brasil. De fato, esse governo apoiado pelas elites nacionais cada vez mais integradas ao sistema financeiro globalizado, e aos turvos caminhos dos fluxos ilícitos de capitais, acabaram alavancando - e ao mesmo tempo sendo depois reforçados - por um estado militar-policial que se explicitou no golpe, em aliança com setores que permaneceram nas sombras das instituições de segurança desde a saída da última ditadura militar até o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e os processos posteriores que se estendem até agora, realizados baixo a tutela militar.

O Brasil torna-se assim um exemplo mais de país onde é questionada a possibilidade de convivência da democracia com o neoliberalismo econômico. Como bem expressaram dentre outros Rodrik e Stiglitz “O declínio simultâneo da confiança no neoliberalismo e na democracia não é coincidência ou uma mera correlação. O neoliberalismo prejudica a democracia há 40 anos”¹¹.

A subordinação das políticas internas

Desde o início do governo, o caminho de relação submissa aos interesses norte-americanos foi-se aprofundando, tanto em declarações, gestos e intenções, mas especialmente em ações e definições de política externa, “transformando-se em completa adesão aos interesses de Washington”.¹²

Porem essa adesão teve também funestas consequências para as políticas internas de alinhamento com as diretrizes que emanadas do “Consenso de Washington”¹³ inicialmente, se tornaram lineamentos inquestionáveis de política monetária e fiscal principalmente para os países da orbita neoliberal.

O avanço do poder do setor financeiro foi sendo evidente desde finais do século passado, acelerando sua importância e poder político desde o começo do século XXI, com forte imbricação com o tradicional setor extrativista e o agronegócio, que foi mudando também acelerada, incorporando tecnologias digitais e biotecnologias de avançada,

¹¹ Stiglitz, J. <http://www.dtemdebate.com.br/o-fim-do-neoliberalismo-e-o-renascimento-da-historia/>

¹² Igor Fuser, “A diplomacia da subserviência: política externa com as orelhas de Mickey” em “Brasil: Incertezas e submissão” Fundação Perseu Abramo. SP 2019.

¹³ Consenso de Washington – foi uma recomendação de políticas econômicas elaborada em 1989 pelas instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI – Fundo Monetário Internacional - para propagar a conduta econômica neoliberal com o objetivo de impulsionar o livre mercado, o livre fluxo dos capitais e o controle fiscal.

modernizando e financeirizando a produção.

Daí também que uma das principais críticas de setores da esquerda ao governo Lula-Dilma foi que a conciliação com esses ativos interesses financeiros levou esses governos a não impulsionar nenhuma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento e, pelo contrário, foram promovendo o chamado desenvolvimentismo neoextrativista, dando continuidade ao tradicional crescimento baseado na exportação de commodities, com o que acabaram dando espaço à reprimarização da economia. De fato, a ausência dessa tal “burguesia nacional” ou de uma elite com vocação para consolidar e ampliar o desenvolvimento industrial brasileiro e o mercado nacional foi o principal motivo que inviabilizou o projeto nacionalista-popular de Lula e continua a obstaculizar um projeto nacional soberano. Pelo contrário, as elites brasileiras estão empenhadas em empurrar a economia brasileira em direção ao mercado financeiro internacional a partir de sua participação privilegiada na economia extrativista, agora turbinada pelo capital financeiro. Entre os elementos decisivos para essa dificuldade em apostar no desenvolvimento nacional, aparece a preeminência do modelo neoliberal global financeirizado, que em certo sentido, torna anacrônicas as intenções neokeynesianas.

Essas elites aggiornadas aos novos tempos de hegemonia financeira têm promovido e criado uma trama econômico-financeira de normativa jurídica que visou encobrir a evasão de impostos e a fuga de capitais, com destino em paraísos fiscais diversos, e que por sua vez tem facilitado o lavado desses capitais, e seu retorno na forma de investimento estrangeiro. Porém e ao mesmo tempo essa mesma trama tem acobertado um amplo leque de ilícitudes e cadeias de ilegalidades e de crimes econômicos mantidos nas sombras da corrupção e da atuação do narcotráfico e das milícias, numa cumplicidade escamoteada, mas hipócrita e eficiente.

Novos setores e alianças renovadas: elites e militares

A recomposição dos setores dominantes no Brasil devido a essa paulatina e crescente hegemonia financeira, além da desindustrialização, provocou câmbios importantes na composição das elites e suas novas necessidades, como expressado por eles mesmos, que buscaram “formar parte das cadeias globais de produção”. Entretanto essas cadeias foram evidentemente financeiras e especulativas, muito mais que produtivas. Esse acoplamento aos interesses financeiros globais, hegemônicos por EUA, foi criando condições para alianças das elites brasileiras com os interesses dos capitais norte-americanos, e o surgimento da necessidade de câmbios políticos internos. A trama do golpe no Brasil, urdida com o aval e suporte das agências do poder hegemônico, contou com o imprescindível enredo do “lawfare” e também com o tradicional, porém remoçado apoio

das Forças Armadas brasileiras.

Do caso brasileiro de lawfare falaremos pouco, porque é processo já conhecido, pois retirou da corrida presidencial ao principal candidato -Lula- opositor a Bolsonaro, e que foi fundamental para esse trunfo viciado. Foi uma longa batalha jurídica que resultou no reconhecimento pelo Supremo Tribunal brasileiro da parcialidade do juiz no caso, e sobretudo que a prisão de Lula foi ilegítima, liberando recentemente ao ex-presidente de qualquer dívida com a Justiça.

Já o segundo elemento que foi a aliança das elites econômicas e políticas com as Forças Armadas, que voltou a ocupar o cenário político nacional, ainda que cedendo o protagonismo a um ex-militar (expulso do exército) e inescrupuloso deputado federal do chamado “baixo clero” parlamentar.

Ambos foram elementos determinantes para a definição deste processo político como neo-golpe, como alguns autores o tem conceituado: “uma nova modalidade de golpe, executada de forma articulada entre setores do sistema de justiça, do parlamento e da mídia oligopolista ... preservando a ordem institucional, ainda que os instrumentos institucionais sejam subvertidos, com vistas a escamotear o caráter golpista do processo e ludibriar a opinião pública nacional e internacional”¹⁴

Ao mesmo tempo, os câmbios nas classes média e trabalhadora no Brasil foram também muito expressivos, e ainda merecem multiplicar as análises. O processo crescente de financeirização da produção alavancou profundas mudanças na composição dos setores médios e mais fortemente mudou a fisionomia dos setores subalternos. Com a desindustrialização e a flexibilização da legislação trabalhista, “o neoliberalismo produz um evidente e brutal ataque a um tipo de sociedade com sindicatos organizados, que até convivia com a informalidade, mas que tinha um horizonte de formalização e de acesso a aposentadoria, essa sociedade está colapsando”¹⁵ O crescimento explosivo das periferias, o desemprego estrutural, a terceirização do emprego, a tendência ao aprofundamento da precarização do trabalho, e esse aumento vertiginoso da “informalidade” fortemente vinculada ao endividamento das famílias, foram provocando mudanças substantivas nas classes populares e seus modos de vida.

Este artigo excede as possibilidades de análise pormenorizada de tais alterações populacionais e suas consequências para as lutas sociais, mas evidentemente são uma das causas fundamentais que contribuíram para a consecução do golpe encabeçado por Temer e continuado por Bolsonaro. Mas certamente o desemprego industrial e seu impacto no enxugamento

¹⁴ Mendes, Mateus. “Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013 – 2018)”. Ed. Expressão Popular. São Paulo. 2022.

¹⁵ BRAGA, Rui. “A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. Ed. Boitempo, São Paulo. 2017.

dos sindicatos e o esvaziamento do seu poder de negociação, a proliferação de trabalhos sem proteção social alguma, somado com a aprovação da lei de reforma trabalhista que encolheu rápida e assustadoramente direitos longamente conquistados por trabalhadores e trabalhadoras, desenharam um ambiente de derrota na classe trabalhadora e numa enorme legião de informais que vem conduzindo à reformatação do tradicional operariado.

Aspectos relevantes da atual conjuntura

Nestes últimos seis anos convivemos com um disfarçado processo golpista iniciado em abril de 2016, e que logo em 2018 passou por eleições, evidentemente fraudadas, porém, legitimadas pela totalidade das forças sociais e políticas nacionais que se expressaram nesse momento.

Fazendo um balanço desse processo, ainda que não suficientemente distanciado em tempo histórico e por outro lado, sem pretender esgotar a enorme quantidade de elementos que precisam ser conhecidos de forma aprofundada e avaliados em perspectiva de lições a aprender, consideramos importante elaborar uma sorte de resumo do acontecido em perspectiva política, para contribuir a balizar o caminho de retomada da construção democrática possível.

Um dos efeitos com certeza entre os mais importantes sofridos pelos Brasil nestes últimos anos foi a des-democratização da sociedade. Nos marcos das gigantescas dificuldades de construção de algum grau de democracia numa sociedade flagrantemente desigual, o Brasil vinha caminhando lentamente nesse sentido, desde a aprovação da Constituição de 1988, consolidando regras de convivência na diversidade, mas sobre tudo nas divergências, mas que permitiam um diálogo minimamente democrático.

Esse minimum foi quebrado no Brasil de forma mais contundente e radical do que temos visto em outros países, em especial de América Latina, onde recentemente as direitas tem instalado uma brecha, uma ruptura nas sociedades, mantendo, entretanto em funcionamento, os débeis canais institucionais de nossas democracias. No Brasil, essa estratégia tem provocado uma fragmentação com tintes mais absolutos, na lógica do “todos contra todos” na luta pela sobrevivência, abrindo a torneira das violências.

Quando o golpe foi consumado no Brasil, com a posse do Temer primeiro e a eleição fraudada de Bolsonaro depois, todas as previsões que fizemos desde os setores progressistas eram sombrias e até dramáticas. Entretanto a realidade que foi se consolidando posteriormente e o panorama que temos atualmente nos mostra resultados de maior gravidade que os imaginados, que já eram trágicos.

As projeções davam conta do avanço de políticas repressivas sobre a

cidadania para impedir a participação social e também se esperava uma ofensiva sobre os setores e movimentos sociais organizados. A perspectiva que se desenhava, iria restringir os direitos humanos e as liberdades individuais, atacando fortemente aos defensores e defensoras de direitos humanos e ambientais. Ainda que tudo isto aconteceu, temos que reconhecer que vivemos uma situação diversa, que não é cópia dos casos de terrorismo de estado ou de ditaduras militares já conhecidos na região latino-americana.

A diferença do acontecido no século passado, onde os militares interrompiam os processos democráticos com o uso da força explícita e visível nos territórios, levando à morte e ao desaparecimento milhares de pessoas, neste caso as formas repressivas tomaram um caráter até talvez mais sórdido, acaçapado e disfarçado. Elas se expressaram apelando para uma forma inédita de espalhar o terror, através da instauração do negacionismo e do ódio político.

Contrariamente ao que acontecia nas sociedades do século XX, com a força do operariado industrial organizada em sindicatos, onde a contradição se expressava como enfrentamento de interesses de classe, no atual momento da expansão capitalista, caracterizado pelo desemprego e o trabalho totalmente precarizado e com menor capacidade de organização, o enfrentamento vem tomando novas facetas. O Brasil nesse sentido pode ter se tornado um laboratório para a experiência de impor o ódio de forma vertical, a partir do aparelho do Estado e em enfrentamento com a sociedade¹⁶, numa experiência mais próxima ao fascismo europeu anterior a Segunda Guerra mundial. Podemos inferir que já não se trata de um embate ou até um ódio de classe que interpela a diversos setores em particular, e que leva à organização e à luta política, mas sim de um ódio estendido que atravessa capilarmente à sociedade em forma difusa, nutrindo um sentimento de rejeição quase sistêmica que inclusive parece nem precisar de argumentação e coerência. Estes comportamentos que tem sido analisados para outras sociedades, tem expressão evidente nestes últimos anos na sociedade brasileira e se tornam uma hipótese de análise com bastante verossimilhança.

Esta experiência brasileira muito possivelmente tem diversas causas e analisá-las pode nos ajudar a conceituar melhor o caso concreto. Tomaremos em consideração e em forma muito resumida, algumas delas. A primeira e muito importante, como já tem sido levantado por inúmeros autores, seria a existência do chamado “entulho autoritário” que manteve ativos e funcionando com vitalidade os “porões” da última ditadura. Esses remanescentes, institucionais e humanos, foram não só caldo de cultivo de ódios e ressentimentos diante dos processos democráticos, que a pesar de

¹⁶ FEIERSTEIN, Daniel “El genocidio como práctica social. Entre el nazismo y la experiencia argentina”, Fondo Cultura Económica, Bs. As., 2007.

execrá-los, não os consideraram nem enfrentaram.

Outro elemento, esse vindo da crescente onda de direitização e surgimento das novas direitas radicalizadas em diversos países de Ocidente, juntou o elemento ideológico aos interesses em jogo no tabuleiro internacional da disputa pela hegemonia mundial. O triunfo de Trump, e as alianças tecidas nos anos anteriores entre as Forças armadas brasileiras e os militares estadunidenses, amadurecidas no ressentimento encoberto nos “porões” e as divergências políticas e económicas com os governos progressistas no poder desde 2003, criaram nesses setores mais uma vez, a necessidade de interromper o processo democrático. Não por acaso a sessão do impeachment à Presidenta Dilma Roussef foi um derrame de despeitos, mágoas, raivas e ódios acalentados num forte ressentimento, esse sim de classe.

Também o crescimento dessas novas direitas em países centrais como EUA, França, Alemanha, Itália, Áustria, Espanha e outros, influenciou fortemente as direitas e setores conservadores dos países de América Latina, que desde finais da primeira década do século, começaram a replicar uma ofensiva negacionista, que foi tomando corpo em campanhas contra a “ideologia de gênero”, a negação do aquecimento global e da evolução das espécies, o terraplanismo, na negação do genocídio do regime nazista na Alemanha, e outras visões não científicas ou distorcidas. Foram se instalando versões evidentemente mentirosas ou que tentavam colocar a ideia de “ouvir o outro sino”, outorgando a elas o sentido de ser uma outra “interpretação” com o mesmo estatuto de validade que um argumento científico.

Estes são alguns apontamentos iniciais dos processos que permitiriam a consolidação do negacionismo no imaginário e no senso comum de setores da nossa sociedade, que acabaram assumindo, especialmente nos setores populares, argumentações simplistas e conspiratórias para dar conta de suas insatisfações e incômodos diante de um cotidiano opressivo em grande parte derivado da crise econômica que se arrasta e aprofunda desde 2008.

Nos últimos tempos, a direita se acostumou a disser “qualquer coisa”, criando estratégias de difamação sem conexão com a verdade e inclusive sem coerência lógica, com o intuito de espalhar o clima de ódio. E essa estratégia se dissemina na infinita criação de conteúdos sobre qualquer temática a partir de pessoas e grupos sem compromisso com a verdade, que funcionam através de redes robotizadas e outros instrumentos de multiplicação de tais notícias. Este seria então o objetivo principal, criar e disseminar uma atmosfera pesada de ódio, que jogado sobre o individualismo, se lança ao ataque do “outro”. A proliferação de argumentos banais e faltos de coerência se amplia, pois de fato a concatenação e a correlação lógica não são necessárias já que os discursos não buscam se contrapor às ideias, mas sim ao outro em si, que não é um adversário e sim

alguém a quem desejo apagar da realidade, exterminar.

Como bem expressado por Feierstein e também de forma semelhante por Aleman¹⁷, (este revisitando conceitos de Freud) o ódio é um enorme coesionador de grandes grupos, sendo sua vantagem que não precisa passar pelo dificultoso trâmite de construir argumentos, a partir de seres que não querem se responsabilizar por si mesmos e utilizam o ódio como coartada para se justificar diante da história. Assim, as estratégias de difamação, insultos e ódio se espalham facilmente pelas redes sociais, com extrema velocidade, promovendo uma densa atmosfera de medo.

Táticas de guerra no jogo

Desde 2013-2014, anos nos quais muitos autores tem caracterizado como “revolução colorida”¹⁸ e coincidem em encontrar os momentos iniciais do entramado do golpe de 2016 e a posterior eleição fraudulenta que levou Bolsonaro ao poder, aparece cada vez com maior clareza que o Brasil vive um forte processo de corrosão da democracia. Mas o quadro não mostra só isso. A des-democratização da sociedade é sintoma ostensível porem insuficiente para desnudar profundamente a situação atual.

O neoliberalismo, na etapa cruel e perversa que se vive nesta profunda crise global, impõe esse caminho de erosão democrática em aliança com a Nova Direita conservadora que cresce em diversos países porque ele se torna imprescindível para a efetivação das políticas ultra-neoliberais. No caso de Brasil, os principais motivos dessa escolha que já elencamos, foram a retomada do padrão de acumulação do capital brasileiro e os interesses geopolíticos vinculados à hegemonia norte-americana no mundo. Mas para garantir esses objetivos se fez preciso interromper o projeto inclusivo e de ampliação dos canais da democracia constitucional brasileira, que vinha sendo implementado na década anterior, para destruir esse processo democratizante e articular e apoiar um projeto neo-fascista.

“O fascismo não é uma moda que escolhem as elites, trata-se antes de uma lógica fundamentalista do capital, que tem que ser aplicada para implementar um violento processo de expolição que só pode avançar com o terror como exercício de contra cidadania”¹⁹.

¹⁷Aleman, Jorge. “Horizontes neoliberales en la subjetividad”. Grama Ediciones. Buenos Aires, 2016.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4909302/mod_resource/content/1/1%20Jorge%20alem%C3%A1n%20-%20horizontes%20neoliberales.pdf

¹⁸ Mendes, Mateus. Ob cit.

¹⁹ Rodríguez, G. “Brasil: a deriva fascista” [https://outraspalavras.net/direita-
assanhada/brasil-a-deriva-fascista%EF%BB%BF/](https://outraspalavras.net/direita-assanhada/brasil-a-deriva-fascista%EF%BB%BF/)

Por esses motivos, resumidamente explicitados, foi necessário montar no Brasil este laboratório de experimentação de estratégias de guerra híbrida, num golpe de novo tipo, mas mantendo o formato dos três poderes em atividade, ainda que somados a uma presença maciça e ostensiva das Forças Armadas no executivo e também nos outros poderes republicanos. Isto que foi central, não pode deixar de mencionar a importância deste “golpe” aggiornato, como modelo e exemplo para toda a América Latina e particularmente para América do Sul.

Do ponto de vista da sociedade, o papel deste projeto fascista além do desmonte do Estado e das políticas públicas que construíam um mínimo estado de bem estar social, foi criar um clima de asfixia das liberdades democráticas e de medo difuso instalado a partir do aparato repressivo, formal e informal.

A diferença dos repetidos golpes vividos na América Latina, e no Brasil da ditadura militar de 64, desta vez a sofisticação das táticas empregadas, deu cabida a um neo-golpe sem tanques nas ruas e com ausência de violência explícita e de perseguições massivas. Isso desnor-teou uma esquerda preparada para uma resistência focada nos grupos políticos organizados. A dissimulação, uma das táticas da guerra híbrida, motivou o desconcerto inicial e a demora para compreensão do que estava acontecendo. Assim, até agora temos um misto de respostas políticas tradicionais culminando num processo eleitoral quase tradicional porém confuso e permanentemente ameaçado. Entretanto, é preciso apontar a existência de novas análises e propostas que buscam uma compreensão mais aprofundada do processo vivido, suas consequências e seu devir.

Se bem tem sido fartamente utilizado o conceito de genocida para denominar ao ocupante do mais alto escalão republicano, temos visto poucas análises deste conceito que al igual que o de terrorismo de estado, que ao igual que o conceito de guerra híbrida e de neo-golpismo, pela proximidade com as situações que atualmente vivenciamos poderiam iluminar escolhas políticas e auxiliar a prospectar tendências. Diversas variantes e mutações em curso de experimentação dessas novas tecnologias de poder, podem estar mudando conceitos como o de terrorismo de estado e até a definição de genocídio das populações como expressa na Convenção da ONU sobre Genocídio de 1948 que conhecemos. Tais mudanças incluem a consideração de genocídio com um processo e não só ao momento do aniquilamento. Atualmente no Brasil, a utilização da violência difusa acobertada pelo grupo que detém o poder político pode ser considerada como uma nova roupagem do terrorismo de estado, que praticaram os golpes militares do século passado. De outro lado, o genocídio como uso de um alto grau de violência sobre a população civil ou como decisão sistemática de aniquilamento de setores da população civil,

aparece no Brasil de hoje como atuação continuada ainda que esparsa, incerta e esporádica de sub-agrupamentos ou setores das populações marcadas para morrer (pobres e negros das periferias, povos indígenas vivendo especialmente em áreas de mineração e de interesse especulativo em terras agricultáveis, mulheres isoladamente vítimas de feminicídio, dentre outros coletivos específicos) são os alvos da sanha genocida. Um genocídio adaptado ao tamanho de um mercado de trabalho dado pelas necessidades da economia digitalizada, e à disponibilidade de terras liberadas para a mineração e o agronegócio extrativistas. Com o objetivo de escamotear as reais intenções de um governo determinado a deixar um estado esvaziado, entregue cada vez mais às forças da privatização, sejam estas legais ou ilegais, a trama que pode conduzir a um genocídio de maiores proporções parece estar se armando.

O funcionamento maquínico incessável que está na própria natureza do capitalismo hegemônico, aliado ao avanço de tecnologias de poder exercido através do terror e o aniquilamento vêm aprofundando continuamente a crise que vive o mundo. Refletindo a Guatarri e Lazzarato, quando falam na “servidão maquínica” podemos pensar que no atual momento do capitalismo este seria o *modus operandi* das sociedades de controle. Outros pensadores podem vir a nós auxiliar na compreensão dos processos atuais. “Interpretando o ponto de vista de Deleuze e Guattari poderíamos afirmar que o capitalismo não é [somente] um “modo de produção”; já não é um sistema, e sim um conjunto de dispositivos de servidão maquínica e ao mesmo tempo um conjunto de dispositivos de sujeição social”²⁰. Assim, o controle das subjetividades vai se aprofundando e se fundindo na lógica que o neoliberalismo tem colocado em marcha acelerada, e seu modo de expansão sobre os corpos e os modos de vida das populações. De fato, como explica Gago, esta fase do capitalismo, produz não só uma modificação do regime de acumulação global e das formas de governo “de cima pra abaixo” senão que também empurra “de baixo pra cima” modos de vida que “reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva”²¹.

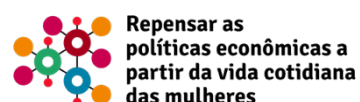
A partir dos movimentos sociais é preciso estudar estas perspectivas para entender a complexidade social e econômica que organiza as sociedades atuais, já que o conjunto dos dispositivos que agora funcionam no capitalismo o fazem em modo automação, que determina o devir do sistema guiado pela concentração do capital e as riquezas e pela perspectiva monopolística de acumulação. Mas também lamentavelmente norteados pelas incertezas e novas lógicas das decisões populares que em diversos países estão legitimando governos autoritários – ou francamente

²⁰ Pérez de Lama, José. Sobre la idea de «servidumbre maquínica» según Félix Guattari (I)

²¹ Gago, Verónica. La razón Neoliberal: economías barrocas y pragmáticas populares. Ed. Tinta Limón. BsAs. 2014

totalitários-, conservadores e de ultradireita que atuam contra seus próprios interesses de classe. Compreender essa complexidade pode ser a chave para encontrar novas estratégias populares.

Desde os feminismos temos insistido em colocar “a vida no centro”, falando a partir de uma ética do cuidado, como lógica do cuidado e compromisso com o outro, do bem comum do planeta e de re-encantamento do mundo. “Reencantar é se reapropriar, construir uma visão não racista do mundo, em que os outros não são inimigos, não são um perigo do qual se defender (essa ideia que cresceu muito com a pandemia de covid-19). Devemos recuperar a nossa cooperação, o nosso cuidado com todos os seres humanos e com tudo o que vive neste planeta”²².



²² Federici, Silvia. “Reencantar o mundo: o feminismo e a política dos comuns”. Ed Elefante. São Paulo. 2021.